

Mitos inflacionários

Ignácio M. Rangel

JORNAL DE BRASÍLIA

Segundo notícia do reporter Armando Ourique (Folha de S. Paulo, 13.01.91), em seminário promovido pela Folha, os economistas L. C. Bresser Pereira, Roberto Macedo e A. Lara Resende chegaram a um "principal ponto de consenso" na opinião de que o Brasil "corre o risco de voltar à hiperinflação". Com efeito, segundo a mesma fonte, os ilustres colegas concluem que "o Plano Collor não conseguiu resolver a situação concordatória do Estado brasileiro. Por isso, o processo hiperinflacionário, que está desorganizando a economia do País, não foi interrompido".

Li com cuidado o apanhado do dito seminário, no mesmo jornal, e concordo com a notícia que nos dá o repórter. Encontrei coisas muito sábias, mas que, fritos os ovos, deixaram-me a impressão de que os citados colegas encontram-se, em matéria de inflação, tão perdidos quanto os colegas Zélia, Ibrahim e Kandir.

Há dias, um amigo médico, que me pediu opinião sobre a mesma inflação, respondendo a minha pergunta sobre que tratamento receitaria ele para um doente de pneumonia, com febre alta, disse-me que deixaria a febre de lado e cuidaria de debelar o processo infeccioso. Pois é precisamente isso o que os nossos economistas ainda não entenderam, tornei eu. Nem sequer perceberam, em geral, que a "febre" — vale dizer, a inflação — não passa de uma resposta salutar do organismo econômico à doença propriamente dita, isto é, à conjuntura depressiva. Pois os colegas seminaristas distam muito de haverem percebido isso. Tanto quanto D. Zélia e colaboradores. Estes últimos com a agravante de pretenderem acabar com a inflação a golpes de recessão e desemprego. Como o médico que pretendesse acabar com a febre do pneumônico injetando-lhe nas veias mais pneumococos vivos.

Ora, nossos seminaristas não vão tão longe, mas a verdade é que não oferecem alternativa à terapêutica colorida. Até porque, para isso, teriam que partir de outro diagnóstico, ou melhor, de um diagnóstico, que em vão busquei nos seus douts discursos.

Começamos pela assertiva de que "o processo hiperinflacionário está desorganizando a economia do País". Vale dizer, esses nossos colegas não podem sequer admitir que a inflação seja um mero epifenômeno, resposta do organismo econômico a um desequilíbrio muito mais profundo, que toma a forma mais próxima de flutuações econômicas, interessando ao esforço de formação de capital; através do efeito multiplicador dos investimentos, da renda; e, last but not least, do balanço entre a oferta e a

demanda. São as alterações neste balanço que, afinal, repercutem no poder aquisitivo da moeda, engendrando, incidentalmente, a inflação.

Em meus estudos, que ninguém se dignou contestar, mostrei a fidelidade com que a taxa da inflação brasileira reflete os movimentos da renda. Ora, pretender que é a inflação a variável independente, sendo a renda a variável dependente, seria como pretender que é o rabo que abana o cachorro, e não o contrário, isto é, que é o cachorro que abana o rabo. Isto posto, qualquer dos citados mestres — ou mesmo dos seus discípulos, exceto os mais relapsos — poderá compor o quadro esboçado no parágrafo anterior, isto é, como se passa do esforço de formação de capital à renda social.

Ficaria em aberto apenas o problema de saber como os movimentos da renda resultam em alterações no balanço oferta-demanda globais. Mera questão de bom senso, que qualquer empresário experimentado pode resolver, a saber: nas flutuações econômicas — das quais recessão e retomada são simples e conhecidas manifestações — o empresário será confrontado com uma demanda, conforme o caso, maior ou menor que sua oferta e, não sendo débil mental, procurará ajustar sua oferta à demanda efetiva do mercado. Especialmente no caso brasileiro, no qual a competição imperfeita — vale dizer, os tão malsinados oligopólios-oligopsônios e cartéis — define-se prematuramente, embora no sentido geral de todos os capitalismos industriais.

Ora, a recessão, no caso mais em vista, refletindo a queda no esforço de formação de capital, do volume de emprego e do salário médio, resulta numa queda na demanda efetiva e, contrariando o mito de que essa queda da demanda conduziria a uma queda da taxa de inflação, assistimos, muito pontualmente, à exacerbação da dita inflação. O caso é que o empresário oligopólico — comportando-se como se monopólico fosse — decide limitar sua produção, vale dizer, a oferta. Nada mais ingênuo do que supor que, em nossas condições concretas, ele se deixará levar pelas fábulas do "laissez faire, laissez passer". O mais provável é que decida limitar sua oferta, isto é, a produção.

Qualquer razoável contabilista, mesmo sem muita teoria econômica, nos dirá a que isso conduziria. Com efeito, se uma empresa resolve operar em escala menor do que aquela para a qual foi projetada, com a queda da produção haverá também uma contração dos custos variáveis, proporcionais ou não. Mas não dos custos fixos, cujo peso

crece continuamente, em função dos avanços tecnológicos que acompanham a marcha do processo industrial. Consequentemente, os custos unitários se elevarão, sem falta alguma, conduzindo à exacerbação da inflação.

Não se trata, portanto, de saber quanta recessão será mister para debelar a inflação. A recessão é o desemprego simplesmente não conduzindo a esse resultado, mas ao oposto. Para debelar a inflação, torna-se mister promover a abertura de novas oportunidades de inversão, cujo aproveitamento deverá — via efeito multiplicador — elevar a renda e a demanda efetiva, interessando o empresariado na plena utilização da capacidade produtiva sob o seu comando. Incidentalmente, algo que nossos coloridos estão procurando obter — sem êxito — através de medidas policiais-cas, conducentes ao fascismo, não à democracia.

Por isso é que, havendo constatado que, ciclicamente, confrontada a economia com excesso de capacidade em certas áreas do sistema, e com insuficiência noutras, potencialmente capazes de acolher novos investimentos, procurei ressaltar as atividades super e subinvestidas, respectivamente. As primeiras devem ser levadas a suscitar poupança incremental, destinadas a financiar os investimentos nas outras, o que, como em passados ciclos, suscita a necessidade de mudanças institucionais, que permitam a superação da crise, elevando a renda e a demanda e, por isso mesmo, desacerbando a inflação.

Minhas conclusões são antigas e conhecidas. Consultado sobre se podia, apesar de minha aposentadoria e dos meus anos já vetustos — promover os estudos que julgasse necessários, para resolver o problema da privatização dos serviços públicos concedidos a empresas públicas, aceitei a incumbência e, por intermédio do meu amigo L.C. Bresser Pereira e de Márcio Fortes — ex-ministro da Economia e ex-presidente do BNDES, respectivamente — fui autorizado a escolher, nos quadros dessa entidade, os economistas, engenheiros e advogados que julgasse necessários para aquele fim. Nessa prestigiosa equipe contam-se, inclusive, homens e mulheres que, em tempos já distantes, foram meus estagiários.

Concluimos que, na presente recessão — que se pode identificar com o chamado "decênio perdido" —, temos capacidade ociosa em quase todo o sistema econômico e insuficiência de capacidade, ou pontos de estrangulamento, basicamente nos grandes serviços de utilidade pública.

□ Ignácio M. Rangel é economista